

**LEI MUNICIPAL Nº 1.998, DE 28 DE AGOSTO DE 2023.**

CÂMARA DE VEREADORES  
DE ACEGUÁ

Publicado em 24/09/2023  
Jorge Costa:

**Concede a reposição inflacionária aos subsídios dos Vereadores Municipais de Aceguá.**

**Marcus Vinicius Godoy de Aguiar**, Prefeito do Município de Aceguá, Estado do Rio Grande do Sul.

**Faço saber** que a Câmara de Vereadores **aprovou** e eu **sanciono** a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** Fica concedida a reposição inflacionária aos subsídios dos Vereadores do Município de Aceguá, nos termos do Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, atualizando-os pelo mesmo índice concedido aos servidores públicos Municipais, no percentual de 5,93 (cinco, noventa e três por cento) com vigência desde 1º de janeiro de 2023.

**Parágrafo Único:** O percentual de reposição do caput deste artigo é o apurado pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022.

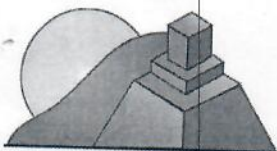
**Art. 2º** As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias e específicas.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 28 de agosto de 2023.**

**Marcus Vinicius Godoy de Aguiar**  
Prefeito





**JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dessa Casa Legislativa, têm por finalidade, realizar a reposição inflacionária anual aos subsídios dos Vereadores do Município de Aceguá.

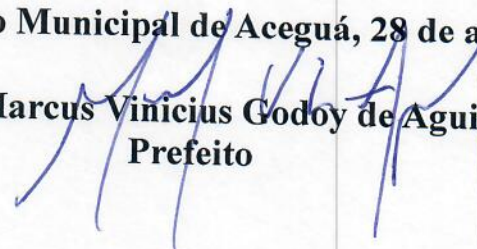
Isso por que o Art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, estabelece que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos, membros de Poder, detentores de mandato eletivo somente poderão ser fixados ou alterados por Lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Portanto, a reposição inflacionária anual dos subsídios ora proposta, é uma garantia constitucional, que tem por finalidade repor o poder aquisitivo dos agentes políticos, desde que observado os mesmos índices concedidos aos servidores públicos do Poder Executivo. No caso o percentual de reajuste proposto é idêntico ao concedido aos servidores do Poder Executivo, tendo como indexador o INPC no período de Janeiro a Dezembro de 2022.

Considerando que a última reposição foi em janeiro de 2018, através das Leis Municipais nº 1.602/2018, mostrando-se cabível a reposição retroativa.

Contando com a compreensão dos Senhores vereadores, aguardamos a apreciação e votação da matéria.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 28 de agosto de 2023.**

  
**Marcus Vinicius Godoy de Aguiar**  
**Prefeito**